

NOTA PÚBLICA

POSICIONAMENTO DA ADUFS FRENTE AO CAOS NO TRANSPORTE DE FEIRA DE SANTANA

A Adufs (Seção Sindical do ANDES-SN) vem externar seu posicionamento público frente aos últimos acontecimentos na cidade de Feira de Santana, com a situação de caos estabelecido no transporte público. Entendemos como equivocada a posição política do Executivo Municipal em sintetizar a resolução da problemática relacionada à mobilidade urbana na execução do Projeto de BRT (*Bus Rapid Transit*).

O BRT contempla apenas 9,25 quilômetros (4,45 quilômetros no corredor Avenida Getúlio Vargas, mais 4,8 quilômetros no corredor Avenida João Durval). Como estão previstas cinco estações no Corredor Getúlio Vargas, pressupõe-se uma estação a cada 890 metros, ferindo a promessa de um sistema rápido de ônibus. Além do mais, se o intuito do referido projeto é diminuir o fluxo de automóveis, o mesmo não contempla uma pesquisa que indique quantas pessoas deixarão de usar seus carros particulares, passando a utilizar o BRT. É muito provável que, com o encurtamento do espaço das avenidas, sobrarão congestionamento de automóveis.

Na outra esfera da problemática, as constantes denúncias das arbitrariedades cometidas pelas empresas concessionárias de transporte público nesta cidade (não recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e contribuições ao INSS dos trabalhadores e trabalhadoras das empresas prestadoras de serviço, além de tarifas cada vez mais elevadas) se constituíram em fato, ao mesmo tempo em que não se tem notícia de punição, de acordo consta no contrato de concessão. A ruptura do contrato e o encerramento dos serviços antes do previsto, diante do não cumprimento de questões trabalhistas, causou grandes transtornos.

A ausência do transporte público feito por ônibus, bem como a solução temporária com uma frota insuficiente, nas últimas semanas, somente deflagra mais um episódio do espúrio relacionamento, ao longo de uma década, entre a prefeitura municipal, empresas e SINCOL (Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Feira de Santana). A cidade teve sua mobilidade urbana aviltada, em tempo que o próprio prefeito autorizou o uso dos chamados “ligeirinhos”, que tanto perseguiu durante anos. Fugindo à sua obrigação em contrato, a prefeitura não deu início a um processo de cassação por insuficiência técnica das empresas operadoras.

O impasse causado somente expôs de forma mais contundente a política de negação ao direito da classe trabalhadora feirense à mobilidade urbana de qualidade, como elemento constituinte do Direito à Cidade. Feira de Santana não possui Plano de Diretor de Desenvolvimento Urbano atualizado desde 1992, o que se torna mais um agravante no descumprimento legal da prefeitura, ao que aponta o Estatuto das Cidades (Lei 10.257/2001). No artigo 40, § 3º, o Estatuto indica que a lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos.

Vale destacar a importância do Plano Diretor como importante instrumento de definição dos critérios técnicos e políticos sobre qual o modelo de ordenamento da cidade, planejamento urbano e plano de mobilidade se deseja. Com isso, perguntamos: como pensar na construção do BRT, sem a atualização

do PDDU? Seria mesmo o BRT o melhor modal de transporte para resolver parte significativa dos problemas de mobilidade urbana em nossa cidade?

Contraditoriamente, a Caixa Econômica aprovou o empréstimo ao projeto com aval do governo federal, através do Ministério das Cidades, demonstrando sua coadunação com a implantação do presente empreendimento.

Vale salientar que a reprodução do capital ocorre em massa na cidade, e o transporte acaba sendo instrumento de dominação. O espaço de discussão é ocupado por representantes da classe dominante. Não à toa, a primeira apresentação do projeto foi realizada para classe patronal no Clube de Dirigentes Lojistas (CDL). Na internet, o projeto foi apresentado incompleto, o que impedia a discussão. Vale salientar que antes de ouvir a população, a prefeitura se adiantou e fechou contrato de financiamento da obra, ou seja, fez a omelete antes de obter os ovos.

Em meio ao tumulto, a Uefs ficou com problemas de acesso ao campus por parte dos alunos que utilizam o transporte por ônibus. A reitoria, num primeiro momento, suspendeu as aulas do noturno e, em seguida, do diurno. De acordo com a declaração da prefeitura de que os ônibus voltariam a rodar no dia 26 de agosto, optou-se pelo retorno às aulas. Com a tentativa de normalização dos serviços com frota emergencial, o que percebemos é um esvaziamento dos espaços, afetando diretamente o funcionamento desta instituição e o calendário acadêmico.

Nós, da Adufs, entendemos que a problemática do transporte público neste momento não é passível de soluções internas, uma vez que este é um problema que deve ser encarado pelo conjunto da população, em especial, dos/as trabalhadores (as).

A cobrança colocada nos últimos atos promovidos pelos movimentos sociais não diz respeito ao arbitrário início das obras do BRT no cruzamento da Avenida Getúlio Vargas com a Maria Quitéria, além do corte de árvores que são patrimônio do coletivo feirense. Não são apenas árvores. Trata-se de discutir o modal para a qualidade do transporte público, O Direito à Cidade.

Estamos tratando de milhares de pessoas que diariamente têm de acordar às 5h e fazer um percurso de oito quilômetros para acessar a cidade com seus serviços públicos e, principalmente, seus postos de trabalho. Estas pessoas necessitam diariamente de um sistema de transporte que os conduza com regularidade, continuidade e eficiência. Nunca é demais lembrar que as pessoas, a grande maioria, que utilizam o serviço de ônibus são das classes sociais que auferem uma baixa renda. Se reveste de uma perversidade obrigá-las a comprometer parte substancial de sua renda com transporte. Neste sentido, como será o deslocamento diário das pessoas que moram distantes do projeto do BRT? Como a vida destas pessoas irá melhorar?

Além disso, o canteiro central da Avenida Getúlio Vargas abriga parte significativa da história do município. As raras opções de lazer para a juventude precisam ser discutidas juntamente com os usuários da pista de skate, com os praticantes de capoeira e com os comerciantes da área. As sombras das árvores compuseram a paisagem das feiras livres que deram nome à cidade, acolhem as oferendas das religiosidades africanas, oferecem ar fresco para as caminhadas e exercícios físicos. Todos estes sujeitos precisam ser escutados. Portanto, não são apenas árvores, não são apenas ônibus, mas reivindicações locais que se encontraram em choque com a atuação da prefeitura, que precisa negociar com os movimentos da sociedade organizada!



A Universidade Estadual de Feira de Santana não pode compor o processo apenas como fornecedora de suporte técnico, através da atuação individual de seus intelectuais. Precisa agir como instituição pública que pode subsidiar a compreensão de um real planejamento para a cidade - plural e participativo -, composto com leituras das diversas áreas de conhecimento sobre o assunto.

A Adufs escolheu a saída através da participação na mobilização que se desdobra por diversos segmentos da classe trabalhadora, para barrar as obras deste nefasto projeto para a nossa cidade. Convocamos a comunidade universitária para participar das mobilizações como momento político que reinaugura as lutas pela defesa de mobilidade urbana que atenda aos feirenses. BRT, não passará!!!

Feira de Santana, 3 de setembro de 2015.